



Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 ◇ Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 ◇ Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

PARECER JURÍDICO

Assunto: Análise do Projeto de Lei nº 025/2025, que autoriza a celebração de termo de fomento com a Associação TRA NOI

Interessado: Prefeita Municipal Geni Pereira Lobo Pesin

I. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 025/2025, de iniciativa da Chefe do Poder Executivo, visa autorizar a celebração de termo de fomento entre o Município de Dracena e a Associação TRA NOI de Presidente Prudente, objetivando a oferta de acolhimento institucional a munícipes dracenenses em situação de vulnerabilidade social e sem condições de autossustento, durante tratamento de doenças graves em Presidente Prudente/SP.

Com o projeto, a Prefeita Municipal também encaminhou à Câmara Municipal o Plano de Trabalho 2025 da Associação TRA NOI, do qual consta a programação para a utilização dos recursos que a ela serão transferidos anualmente caso o projeto seja aprovado.

O termo de fomento será celebrado com base na inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014. O valor estimado para o repasse é de até R\$ 26.160,00, dividido em 9 parcelas mensais, de abril a dezembro de 2025, conforme o cronograma do plano de trabalho anexo.

CÂMARA DRACENA, PRES. DANILLO LEDO DOS SANTOS 17/04/2025 12:12:24 00487



Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 ◊ Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 ◊ Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

II. DA AUTONOMIA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 133, estabelece que “o advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

O fato de ser servidor público não submete o Assessor Jurídico à vinculação hierárquica quanto à sua atividade técnico-jurídica, devendo atuar com base na legalidade, doutrina e jurisprudência. As Súmulas nº 01, 02, 03 e 06 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil reforçam essa autonomia técnica.

Este parecer é meramente consultivo, não vinculando os membros do Poder Legislativo, os quais detêm independência para deliberar, podendo adotar interpretação diversa sem qualquer comprometimento da atuação da assessoria jurídica.

III. FUNDAMENTAÇÃO

1. Competência Legislativa e Iniciativa

O projeto trata de autorização para formalização de parceria entre o Município e entidade privada sem fins lucrativos, o que se insere na competência do Município prevista no art. 30, I e II, da Constituição Federal. No plano local, a matéria encontra respaldo no art. 27, III, da Lei Orgânica do Município de Dracena, que dispõe ser de competência da Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito,



Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 ◇ Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 ◇ Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

autorizar a concessão de auxílios e subvenções, bem como no art. 28, IX do mesmo diploma legal, que determina competir privativamente à Câmara Municipal autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município.

2. Natureza Jurídica do Instrumento

O termo de fomento é instrumento jurídico previsto na Lei Federal nº 13.019/2014, sendo cabível quando há transferência de recursos financeiros para a execução de atividades de interesse público desenvolvidas por organizações da sociedade civil, mediante plano de trabalho e prestação de contas. A inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, II, é juridicamente admissível quando a entidade for a única capacitada para executar o objeto da parceria, o que deve estar adequadamente justificado no processo administrativo.

3. Finalidade Pública e Interesse Social

A proposta atende aos princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção social, ao garantir suporte a cidadãos durante tratamento médico fora do domicílio. A atuação consolidada da entidade e sua finalidade social conferem segurança jurídica à parceria, desde que observados os requisitos legais, em especial o interesse público.

IV. CONCLUSÃO

O Projeto de Lei nº 025/2025 é juridicamente viável, por estar em conformidade com os princípios da legalidade, interesse público, moralidade administrativa e com os requisitos da Lei nº 13.019/2014. A autorização legislativa é necessária, dada sua natureza orçamentária e patrimonial.



Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 \diamond Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 \diamond Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: secretaria@camaradracena.sp.gov.br

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

V. RECOMENDAÇÃO

Diante do exposto, opina-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 025/2025.

Dracena, 17 de abril de 2025

Natália Paludetto Gesteiro da Palma - OAB/SP nº 162.890

Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Dracena